



## RESPOSTA-PADRÃO DA REDAÇÃO APLICADA AO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL

### 1. DA RESPOSTA-PADRÃO DA REDAÇÃO:

#### A) Conhecimento sobre a atuação profissional na condição de Assistente Social:

Como Assistente Social, a atuação profissional deve partir de uma leitura crítica da realidade social e do contexto no qual Herculano se insere. É papel do assistente social não apenas avaliar as condições socioeconômicas do requerente, mas também garantir que o direito à assistência social seja respeitado, conforme especifica a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A atuação deve ser orientada pelo princípio da proteção social, que busca assegurar a dignidade e a inclusão social de indivíduos em situação de vulnerabilidade.

O assistente social deve desenvolver uma metodologia de trabalho que inclua:

- 1. Entrevistas e coletas de dados:** Realizar um levantamento detalhado sobre a situação de Herculano, incluindo um histórico familiar e socioeconômico.
- 2. Análise e relatório social:** Elaborar um relatório que contenha informações sobre a condição de vida de Herculano, contextualizando sua demanda e demonstrando a necessidade do benefício.
- 3. Orientação e mediação:** Orientar Herculano para entender seus direitos e o processo burocrático, ao mesmo tempo em que atua como um mediador com o sistema assistencial.

#### B) Aspectos que se relacionem com a estrutura familiar, renda, idade, entre outros:

A análise da estrutura familiar de Herculano é essencial. Ele reside com sua tia, que apenas recebe um salário mínimo de aposentadoria. É necessário avaliar se os recursos são suficientes para o sustento de ambos, considerando que Herculano não possui renda própria e está em uma faixa etária que pode ser considerada vulnerável.

- 1. Renda familiar:** É crucial investigar se a renda total da família, que no caso se limita ao salário da tia, é suficiente para cobrir as necessidades básicas de ambos. A LOAS estabelece que a renda per capita deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo para que o requerente tenha direito ao BPC.
- 2. Condição de vulnerabilidade:** Herculano, já na terceira idade e sem vínculos empregatícios ou nenhuma forma de sustento, se encontra em situação de risco. O relatório deve evidenciar essa condição de vulnerabilidade, considerando a idade avançada e a ausência de suporte econômico.
- 3. Estrutura de suporte social e familiar:** Além da situação econômica, é importante analisar o suporte que Herculano recebe e as condições de saúde e mobilidade. Uma avaliação da rede de apoio — amigos, vizinhos, grupos comunitários — pode ser relevante para demonstrar a necessidade do BPC.

#### C) Profundo conhecimento na Lei Orgânica de Assistência Social:

A atuação do Assistente Social deve estar alinhada aos princípios e diretrizes da LOAS, sendo fundamental um aprofundamento e compreensão sobre a legislação que regulamenta o BPC.

- 1. Conceito do BPC:** O BPC é um benefício não contributivo, concedido a pessoas com deficiência e idosos que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção e cuja renda familiar per capita não ultrapasse o limite estipulado. O entendimento claro desses aspectos é crucial para argumentar em favor do requerente.
- 2. Direitos e garantias:** A LOAS estabelece que o estado deve garantir a assistência social como uma política pública, visando a inclusão e a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. O assistente deve, portanto, demonstrar que a negativa do INSS contraria os objetivos da assistência social.
- 3. Elaboração de laudos técnicos:** O assistente social deve apoiar a construção de um laudo que ateste a condição de Herculano, embasado na legislação, e que demonstre sua elegibilidade para o benefício. Isso pode incluir testemunhos, dados socioeconômicos e condições de vida.

A atuação do Assistente Social é fundamental para a análise do caso e para a construção de um relatório técnico que atenda aos requisitos da legislação, visando a concessão do BPC a Herculano. É necessário um olhar atento às particularidades da situação do requerente e um embasamento sólido nas legislações pertinentes para que a decisão judicial seja favorável à implantação do benefício.

**Valor:** 50,00 pontos.

**Fonte:**

- Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm).
- IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: 32.ed-CELATS, 2010.
- KOWARICK, Lúcio. Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil Estados Unidos, França e Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15986.pdf>. Acesso em 18 de dez. de 2016.

Jaraguá-GO, 29 de outubro de 2024.

**Instituto de Acesso à Educação, Capacitação Profissional e Desenvolvimento Humano  
Instituto – ACCESS**